

## RESENHA

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

**Aline dos Santos Lima**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBA). Salvador-BA.

E-mail: [Aline.lima@si.fbaiano.edu.br](mailto:Aline.lima@si.fbaiano.edu.br)

Resenha recebida em 15/03/2014.

Aceita em 30/06/2014.

David Harvey nasceu em Gillingham no condado de Kent/Inglaterra em 1935. Mesmo apaixonado por literatura resolveu cursar Geografia em Cambridge até doutorar-se. Escreveu mais de uma dezena de livros<sup>1</sup> com perspectivas distintas, conforme as mudanças teórico-metodológicas de seu percurso acadêmico. Em 1969, migra para Baltimore/EUA para lecionar na *Johns Hopkins University*, instituição conservadora que se destacava pela equipe interdisciplinar dedicada as questões ambientais e formada por profissionais com “pensamento independente”. Retorna a Inglaterra em 1987, após concorrer, com êxito, a cátedra *Mackinder* em *Oxford*. Atualmente, é professor na pós-graduação da *City University* em *New York*.

“A produção capitalista do espaço”, publicada em língua inglesa em 2001, é um livro de método composto por dezoito capítulos. No Brasil, foi editado sob os cuidados de Antônio Carlos Robert Moraes como um resumo da versão original contendo oito textos publicados por Harvey entre 1975 e 2001. O primeiro texto – “A reinvenção da geografia: uma entrevista com os editores da *New Left Review*” publicado pela *New Left Review* em 2000 – é uma entrevista que, aos poucos, vai expondo o conteúdo e as características do processo de publicação dos livros de Harvey, enfatizando a mudança de métodos em sua trajetória. O capítulo segundo – “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista” pela Revista *Antipode* em 1975 – apresenta questões conceituais com as quais articula a teoria marxista da acumulação capitalista à dimensão espacial, discussão muito cara ao pensamento da geografia contemporânea, pois relaciona a ideia de acumulação e da supressão do espaço em favor da expansão do tempo. O terceiro texto – “A teoria marxista do Estado” pela Revista *Antipode* em 1976 – faz uma análise abstrata sobre o

---

<sup>1</sup> Dentre os quais citamos *Explicação da geografia* (1969), *A justiça social e a cidade* (1973), *Os limites do capital* (1982), *A experiência urbana* (1989), *Condição pós-moderna* (1989), *Justiça, natureza e geografia da diferença* (1996), *Espaços da esperança* (2000), *O Novo Imperialismo* (2004), *O enigma do capital: e as crises do capitalismo* (2011) e *Para entender O capital* (2013).

Estado na teoria marxista, embora admitindo que Marx nunca escrevera um tratado específico sobre a temática. Além disso, propõe uma crítica ao modelo de Estado como produto da construção burguesa apontando como essa instituição vem se requalificando de modo a apoiar a produção capitalista. No quarto capítulo – “O ajuste espacial: Hegel, Von Thunen e Marx” pela Revista *Antipode* em 1981 – apresenta três teorias explicativas sobre o ajuste espacial como categoria indispensável na análise do modo capitalista de produção, o que é feito a partir de Hegel (*Filosofia do Direito*), Von Thunen (*Estado isolado*) e Marx (*O capital*). No quinto texto – “A geopolítica do capitalismo” pela Revista *Social relations and spatial structures* em 1981 – salienta a permanente necessidade das forças capitalistas de criar infraestruturas sociais e físicas para sustentar a circulação do capital (“ajuste espacial”), além de abordar as consequências geopolíticas do modo de produção capitalista e destacar as crises como possibilidade de inovação tecnológica e como terreno propício à ação política. O sexto capítulo – “Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio” pela Revista *Geografiska Annaler* em 1989 – discute o papel das governanças locais (coalizões formadas pelas três instâncias do poder estatal, organizações da sociedade civil e de interesses privados) que assume um perfil empreendedor em países de capitalismo avançado entre as décadas de 1970 e 1980 em prol do desenvolvimento urbano/regional. O sétimo texto – “A geografia do poder de classe” pela Revista *Socialist Register* em 1998 – utiliza como referência a obra o “Manifesto comunista” (1848) analisando sua contribuição à experiência histórico-geográfica contemporânea, sobretudo em relação ao ajuste espacial necessário diante das contradições internas do capitalismo. O último capítulo – “A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em *commodities*” apresentado durante a *Conference on Global and Local*, realizada na *Tate Modern* em Londres, em 2001 – aborda a peculiaridade do capital em criar renda a partir de qualquer serviço ou mercadoria devido a sua condição de exclusividade, escassez ou raridade, possibilitando a obtenção de rendas monopolistas.

Uma análise global dos oito textos da obra em apreço permite-nos inferir sobre a predominância e recorrência de questões teórico-metodológicas baseadas na teoria social marxista. Tais reflexões estão diluídas em aspectos como a teoria da acumulação, o intervencionismo do Estado e o modo capitalista de produção, a importância e o descaso da dimensão espacial, o

empreendedorismo urbano e a busca de alternativas para o atual sistema capitalista. Esse quadro tem sustentado a proposta de Harvey em construir “uma teoria da relação sociedade-espaço”<sup>2</sup>.

Diante da leitura é possível traçar o seguinte panorama: a reprodução da vida cotidiana nos moldes da sociedade (predominantemente capitalista) em que vivemos depende do processo de produção, circulação e realização de mercadorias, cujo objetivo direto e socialmente aceito é o lucro. Esse processo deve expandir, acumular e reformar constantemente a natureza do trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas da circulação<sup>3</sup>. Isso significa que existe uma centralidade no processo de acumulação de capital que, se interrompido, impossibilita a obtenção de lucro e reprodução da vida cotidiana no formato que conhecemos.

Para que esse ciclo não seja obstruído, o funcionamento do modo de produção capitalista tem como aliado o Estado, cuja existência não é recente, mas tem se alterado de acordo com as necessidades do capitalismo, priorizando sempre os interesses particulares em nome de um ‘interesse geral ilusório’<sup>4</sup>. O Estado tem papel fundamental, também, na produção do espaço, já que este (o espaço) é uma dimensão importante para a reprodução do capital, haja vista que: a) se o crescimento econômico ocorre de modo saudável é preciso garantir a circulação das mercadorias no espaço por infraestruturas, muitas vezes, criadas pelo Estado; b) se o crescimento econômico estagnar em decorrência das crises os ajustes espaciais<sup>5</sup> renovam a acumulação, seja pela expansão de novos mercados ou na organização espacial interna<sup>6</sup>.

Não podemos esquecer que o crescimento econômico é “um processo de contradições internas”, pois o progresso da acumulação pressupõe/depende da existência de “oferta de força de trabalho” e da “oferta dos meios de produção e da infraestrutura”. Porém, segundo Harvey (2005, p. 44-45), mesmo em “economias capitalistas desenvolvidas”, que dispõem de todos esses aspectos, “o capitalismo tende” a “produzir algumas barreiras para o seu próprio desenvolvimento”, seja na produção, no consumo, na circulação ou na produção de valor. Por tudo isso, é válido afirmar que as crises são “endêmicas ao processo capitalista de acumulação”, pois, “No capitalismo, o

---

<sup>2</sup> Como sugere Antônio Carlos Robert Moraes na apresentação da obra.

<sup>3</sup> No capítulo IV o autor elenca alguns aspectos imprescindíveis para uma economia capitalista saudável (Harvey, 2005, p. 130-133).

<sup>4</sup> No capítulo III essa discussão é bem desenvolvida e complementada nos capítulos I, IV, V e VI.

<sup>5</sup> Para Harvey (2005, p. 193), se refere as “possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual”, sem o qual o capitalismo teria “deixado de funcionar como sistema econômico político”. Para compreender melhor essa discussão consultar os capítulos IV, V e VII.

<sup>6</sup> A discussão sobre espaço-geografia-teoria social está bastante diluída pela obra, mas aparece, principalmente, em todo capítulo II, no final do V e, pontualmente, nos capítulos I, IV e VII.

crescimento harmonioso ou equilibrado” é “inteiramente acidental, devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo”.

Diante disso, para Harvey (2005, p. 144) a “nossa tarefa” é “elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado [...], do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização”. Conseqüentemente, “a geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização, enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico”.

Um dos caminhos apontados por Harvey (2005, p. 171) é a retomada<sup>7</sup> de práticas como a do empreendedorismo urbano<sup>8</sup>, que, originalmente corresponde ao poder de organizar o espaço por um complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais.

Harvey destaca que o empreendedorismo urbano pode ser positivo, pois é sustentado na ideia de “cidade como corporação coletiva”. Diante disso, recomenda o resgate do civismo propondo como alternativa a “união interurbana” daqueles que são contrários ao empreendedorismo urbano do capital, pois o capital age tentando se apropriar da singularidade, ao tempo em que, permite sua diferenciação. É a partir dessa contradição que os movimentos oposicionistas podem se organizar. Harvey (2005, p. 239), sugere, então, a abertura de espaços para reflexão e ação política, sobretudo nos momentos de crises, “invitáveis” sob o capitalismo. Alerta, ainda, que é importante que façamos a substituição do modo de produção capitalista “como condição necessária para a sobrevivência humana”. Finalizamos afirmando com base em Harvey, que o capitalismo tem a seu favor a adaptabilidade, mas não devemos subestimar “a grande faixa de oposição que o capitalismo continua a gerar”. É preciso “pensar em caminhos para ajudar a mobilizar e organizar essa oposição” para que se “torne uma força global e tenha presença global”<sup>9</sup>.

Mesmo após quase uma década publicada no Brasil “A produção capitalista do espaço” apresenta várias interfaces, tornando-se leitura obrigatória para todos que se dedicam a estudar o espaço no âmbito da geografia, sobretudo aqueles que propõem compreender o movimento da

---

<sup>7</sup> Uso o verbo retomar, pois, segundo Harvey (2005, p. 187), as iniciativas cívicas vêm sendo apropriadas pelo capital no sentido de atrair investimentos dotando as cidades com um perfil empreendedor, e, ao mesmo tempo, realizando a competição interurbana principalmente através da parceria público-privada na busca de estratégias para atrair consumidores, sobretudo relacionadas à cultura. Para Harvey (2005, p. 221-224), a adesão a esse tipo de prática tem se propagado devido à rapidez do “tempo de giro” dos produtos que vem sendo explorados, dentre os quais a apropriação da cultura e sua transformação em “algum gênero de mercadoria”. Uma vez que a cultura se torna mercadoria é necessário entendê-la no âmbito do capital e sua exploração como renda monopolista. Tal renda é o resultado “do poder monopolista da propriedade privada de qualquer porção do planeta”.

<sup>8</sup> Essa temática é tratada em todo capítulo VI e retomada no VIII.

<sup>9</sup> As discussões que versam sobre a oposição ao capitalismo são tratadas no capítulo III e VII.

sociedade a partir do modo de produção capitalista face às “jornadas de junho de 2013” ou as sucessivas investidas de grupos que estão nas ruas com demandas diversas.